

WEB JORNALISMO

01

• MAIS PB

Mãe obtém autorização para doar córneas do filho

<https://www.maispb.com.br/556176/mae-obtem-autorizacao-judicial-para-doar-corneas-do-filho.html>

• PARLAMENTOPB

Mãe de Marielle Franco visita Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública

<https://parlamentopb.com.br/mae-de-marielle-franco-visita-nucleo-de-direitos-humanos-da-defensoria-publica/>

• F5 ONLINE

Justiça dá 30 dias para PMCG chamar 172 aprovados em concurso público de 2014

<https://f5online.com.br/mae-de-marielle-franco-visita-nucleo-de-direitos-humanos-da-dpe-pb/>

• PARAIBA.COM

Defensoria reúne autoridades da rede de enfrentamento à violência doméstica para discutir implantação da Casa da Mulher Brasileira

<https://paraiba.com.br/2021/09/01/defensoria-reune-autoridades-da-rede-de-enfrentamento-a-violencia-domestica-para-discutir-implantacao-da-casa-da-mulher-brasileira/>

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA

Coordenadora da Mulher do TJ participa da Cooperação Técnica da 'Casa da Mulher Brasileira'

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/coordenadora-da-mulher-do-tj-participa-da-cooperacao-tecnica-da-casa-da-mulher-brasileira>

• T5

Coordenadora da Mulher do TJ participa da Cooperação Técnica da 'Casa da Mulher Brasileira'

<https://blog.portalt5.com.br/tjpbnoticias/2021/09/01/coordenadora-da-mulher-do-tj-participa-da-cooperacao-tecnica-da-casa-da-mulher-brasileira/>

02

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA

Conciliação põe fim a processo que tramitava há mais de 10 anos na Comarca de Guarabira

<https://www.tjpb.jus.br/noticia/conciliacao-poe-fim-a-processo-que-tramitava-ha-mais-de-10-anos-na-comarca-de-guarabira>

• TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAIBA

Presidente do TCE-PB recebe visita dos dirigentes da Defensoria Pública do Estado

<https://tce.pb.gov.br/noticias/presidente-do-tce-pb-recebe-visita-dos-dirigentes-da-defensoria-publica-do-estado>

• MAIS PB

Mãe de Marielle Franco vem à Paraíba

<https://www.maispb.com.br/554256/mae-de-marielle-franco-vem-a-paraiba-e-visita-nucleo-de-direitos-humanos.html>

• PARAIBA JÁ

Mãe de Marielle Franco visita Núcleo de Direitos Humanos da DPE-PB

<https://paraibaja.com.br/mae-de-marielle-franco-visita-nucleo-de-direitos-humanos-da-dpe-pb/>

• TERMÔMETRO DA POLÍTICA

Mãe de Marielle Franco visita Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública da Paraíba

<https://www.termometroapolitica.com.br/2021/09/02/mae-de-marielle-franco-visita-nucleo-de-direitos-humanos-da-defensoria-publica-da-paraiba/>

• BLOG DO BG

PARCERIA – Mãe de Marielle Franco vem à PB e não descarta colaboração com Defensoria Pública

<https://www.blogdobgp.com.br/2021/09/02/parceria-mae-de-marielle-franco-vem-a-pb-e-nao-descarta-colaboracao-com-defensoria-publica/>

03

• BRASIL DE FATO

Movimento e Rede de Direitos Humanos impedem remoção de famílias pela prefeitura de João Pessoa

<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/03/movimento-e-rede-de-direitos-humanos-impedem-remocao-de-familias-pela-prefeitura-de-joao-pessoa>

06

• PORTAL CORREIO

TJPB dá 30 dias para PMCG chamar 172 aprovados em concurso público de 2014

<https://portalcorreio.com.br/tjpb-da-30-dias-para-pmcg-chamar-172-aprovados-em-concurso-publico-de-2014/>

07

• CLICK PB

Justiça decide que Prefeitura de Campina Grande tem 30 dias para convocar aprovados em concurso de 2014

<https://www.clickpb.com.br/paraiba/justica-decide-que-prefeitura-de-campina-grande-tem-30-dias-para-convocar-aprovados-em-concurso-de-2014-313850.html>

• R7 PORTAL CORREIO

TJPB dá 30 dias para PMCG chamar 172 aprovados em concurso público de 2014

<https://noticias.r7.com/cidades/portal-correio/tjpb-da-30-dias-para-pmcg-chamar-172-aprovados-em-concurso-publico-de-2014-06092021>

• A PALAVRA ONLINE

Justiça dá 30 dias para Prefeitura Municipal de Campina Grande chamar 172 aprovados em concurso público de 2014

<https://apalavraonline.com.br/noticias/paraiba/justica-da-30-dias-para-prefeitura-municipal-de-campina-grande-chamar-172-aprovados-em-concurso-publico-de-2014.html>

• JORNAL DA PARAÍBA

Justiça manda prefeitura de Campina Grande convocar 172 concursados

<https://jornaldaparaiba.com.br/politica/pleno-poder/2021/09/07/justica-manda-prefeitura-de-campina-grande-convocar-172-concursados>

• G1 PB

Justiça manda prefeitura de Campina Grande convocar 172 candidatos aprovados em concurso

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/09/07/justica-manda-prefeitura-de-campina-grande-convocar-172-candidatos-aprovados-em-concurso.ghtml>

• INFORMA PARAÍBA

TJPB dá 30 dias para PMCG chamar aprovados em concurso; gestão Bruno segue modelo de Romero e mantém quase 10 mil apadrinhados

<https://informaparaiba.com.br/2021/09/07/tjpb-da-30-dias-para-pmcg-chamar-aprovados-em-concurso-gestao-bruno-seguinte-modelo-de-romero-e-mantem-quase-10-mil-apadrinhados/>

• F5 ONLINE

Justiça dá 30 dias para PMCG chamar 172 aprovados em concurso público de 2014

<https://f5online.com.br/justica-da-30-dias-para-pmcg-chamar-172-aprovados-em-concurso-publico-de-2014/>

08

• F5 ONLINE

Defensoria Itinerante chega aos municípios de Baía da Traição e Marcação

<https://f5online.com.br/defensoria-itinerante-chega-aos-municipios-de-baia-da-traicao-e-marcacao/>

• BLOG DO BG

POSSE: justiça manda prefeitura de Campina Grande convocar 172 candidatos aprovados em concurso

<https://www.blogdobgp.com.br/2021/09/08/posse-justica-manda-prefeitura-de-campina-grande-convocar-172-candidatos-aprovados-em-concurso/>

• ANADEP

PB: PM suspende demolição de casas em Gramame após atuação extrajudicial da DPE

<https://anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=49662>

10

• PARAIBA.GOV.BR

João Azevêdo prestigia posse da nova diretoria da API e destaca importância da imprensa na construção de uma sociedade mais justa

<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-prestigia-posse-da-nova-diretoria-da-api-e-destaca-importancia-da-imprensa-na-construcao-de-uma-sociedade-mais-justa>

• MAIS PB

Mãe obtém autorização para doar córneas do filho

<https://www.maispb.com.br/556176/mae-obtem-autorizacao-judicial-para-doar-corneas-do-filho.html>

11

• PARAIBA ON LINE

Governador prestigia posse da nova diretoria da API e destaca importância da imprensa

<https://paraibaonline.com.br/paraiba/governador-prestigia-posse-da-nova-diretoria-da-api-e-destaca-importancia-da-imprensa-2/>

• PARAIBA JÁ

Nova diretoria da API é empossada e lança canais digitais

<https://paraibaja.com.br/nova-diretoria-da-api-e-empossada-e-lanca-canais-digitais/>

• LIBERDADE PB

Justiça manda prefeitura de Campina Grande convocar 172 candidatos aprovados em concurso

<https://www.liberdadepb.com.br/justica-manda-prefeitura-de-campina-grande-convocar-172-candidatos-aprovados-em-concurso/>

13

• DIÁRIO DO SERTÃO

VÍDEO: Seis sertanejos representam a região na nova diretoria da Associação Paraibana de Imprensa

<https://www.diariodosertao.com.br/noticias/547813/video-seis-sertanejos-representam-a-regiao-na-nova-diretoria-da-associacao-paraibana-de-imprensa.html>

• PORTAL TV SOL

Caravana Itinerante: Defensoria Pública vai oferecer serviços jurídicos gratuitos em cidades do Vale do Piancó

http://www.portaltvsol.com/noticias/vale-do-pianco/p2_articleid/19642

• PAPO POLITICO

Exclusivo: Defensoria Pública vai oferecer serviços jurídicos gratuitos em três cidades do Vale do Piancó nesta próxima semana

<https://papopolitico.com.br/2021/09/13/exclusivo-defensoria-publica-vai-oferecer-servicos-juridicos-gratuitos-em-tres-cidade-do-vale-do-pianco-nesta-proxima-semana/>

14

• PARAÍBA EM PAUTA

Defensoria Pública oferece serviços jurídicos gratuitos em três cidades do Vale do Piancó

<https://paraibaempauta.com.br/noticia/28408/defensoria-publica-oferece-servicos-juridicos-gratuitos-em-tres-cidades-do-vale-do-pianco.html>

15

• ANADEP

PB: Defensoria Itinerante chega ao Vale do Piancó para três dias de atendimento

<https://anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=49732>

16

• PBAGORA.COM

Após apelação da Defensoria, TJ absolve homem que ficou preso por mais tempo que a pena máxima do delito

<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/apos-apelacao-da-defensoria-tj-absolve-homem-que-ficou-presos-por-mais-tempo-que-a-pena-maxima-do-delito/>

19

• BLOG DO ARY RAMALHO

Defensoria Itinerante chega ao Vale do Piancó e atende nesta semana população de Diamante, Curral Velho e Boa Ventura

<http://www.aryramalho.com/2021/09/defensoria-itinerante-chega-ao-vale-do.html>

• BLOG DO RICARDO PEREIRA

Defensoria Itinerante chega ao Vale do Piancó e atende nesta semana população de Diamante, Curral Velho e Boa Ventura.

https://rpscom1.blogspot.com/2021/09/defensoria-itinerante-chega-ao-vale-do.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3Ablogspot%2Fcbhum%28Blog+do+Ricardo+Pereira%29&m=1

20

• G1 PB

Homem é esfaqueado por mulher durante discussão, em João Pessoa

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/09/20/homem-e-esfaqueado-por-mulher-durante-discussao-em-joao-pessoa.ghtml>

• ANADEP

PB: DPE apela e TJ absolve homem que ficou preso por mais tempo que a pena máxima do delito

<https://anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=49764>

• VALE NEWS

Defensoria Itinerante chega ao Vale do Piancó

<https://valenewspb.com/defensoria-itinerante-chega-ao-vale-do-pianco/>

• CENTRAL VALE NOTÍCIAS

Defensoria Itinerante chega ao Vale do Piancó para atendimento em três cidades

<https://www.centralvalenoticias.com.br/defensoria-itinerante-chega-ao-vale-do-pianco-para-atendimento-em-tres-cidades/>

23

• DEFESA.COM.BR

Socioeducandos da Fundac concluem curso do Programa Jovem Aprendiz

<https://defesa.com.br/socioeducandos-da-fundac-concluem-curso-do-programa-jovem-aprendiz/>

24

• WSCOM.COM.BR

CPI do Femicídio da Assembleia ouve depoimentos dos familiares de vítima

<https://wscom.com.br/cpi-do-femicidio-da-assembleia-ouve-depoimentos-dos-familiares-de-vitimas/>

25

• PARAIBA ON LINE

Senac realiza entrega de certificados a concluintes do Programa Jovem Aprendiz

<https://paraibaonline.com.br/educacao-e-ciencia/senac-realiza-entrega-de-certificados-a-concluintes-do-programa-jovem-aprendiz/>

27

• PORTAL T5

Requerimentos de convocação foram aprovados nesta segunda-feira (27).

<https://www.portalt5.com.br/noticias/single/nid/vivo-oi-tim-claro-e-sky-serao-ouvidas-em-cpi-da-banda-larga/>

28

• CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

Anderson vs Alexandre: “governo do Estado há 12 anos não faz doação de terrenos para indústrias em Campina Grande”

<https://www.camaracg.pb.gov.br/anderson-vs-alexandre-governo-do-estado-ha-12-anos-nao-faz-doacao-de-terrenos-para-industrias-em-campina-grande/>

• GOVERNO DA PARAÍBA

SOCIOEDUCANDOS DA FUNDAC CONCLUEM CURSO DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

<https://paraiba.pb.gov.br/indiretas/fundac/noticias/socioeducandos-da-fundac-concluem-curso-do-programa-jovem-aprendiz>

30

• ANADEP

PB: Defensoria Itinerante realiza atendimento presencial no Fórum de Mangabeira

<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=49910>

Mãe de Marielle Franco conhece a sede da DPE-PB, na capital

Marinete Silva, mãe da ex-vereadora Marielle Franco (RJ), assassinada a tiros em março de 2018 junto com o motorista Anderson Gomes, esteve ontem na Sede da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) em visita ao Núcleo Especial de Direitos Humanos e da Cidadania (Necid). Marinete é paraibana e está em João Pessoa para visitar a família. Ela foi à Sede da DPE acompanhada da irmã, Marlene da Silva, e da sobrinha, Fátima Solange.

A subcoordenadora do Necid, a defensora pública Fernanda Peres, recebeu a mãe da ex-vereadora na Sala da Ouvidoria-Geral da instituição. Elas conversaram sobre a possibilidade de uma parceria com o Instituto Marielle Franco, organização sem fins lucrativos criada pela família de Marielle com o foco na promoção e potencialização de mulheres negras. A ouvidora Céu Palmeira também participou da audiência. A família da ex-vereadora também foi recebida pelo defensor

público-geral, Ricardo Barros, e pela sub DPG, Madalena Abrantes.

“É uma honra imensa receber a senhora Marinete Silva, mãe de Marielle Franco, uma ativista e militante que tanto lutou pela emancipação das mulheres e pela efetivação dos direitos humanos. Neste momento delicado que estamos atravessando, de inegáveis retrocessos para a democracia, este encontro representa um verdadeiro respiro, fortalecendo a luta da Defensoria Pública para uma sociedade mais justa e menos desigual. Fico muito lisonjeada e, desde já, agradeço o aceno positivo quanto à implantação de um futuro projeto da DPE-PB com o Instituto Marielle Franco, que terá importantes reflexos não só para a Defensoria como para a sociedade paraibana como um todo”, ressaltou Fernanda Peres.

Marinete procurou a DPE-PB há alguns meses em busca de atendimento para um familiar que reside em João Pessoa. “Fizemos um contato com a

defensora pública Fernanda e vínhamos dialogando à distância. Hoje eu tive a oportunidade de conhecer o Núcleo, a Ouvidoria, e foi um prazer enorme ser acolhida pela Defensoria da Paraíba, uma instituição que luta pelos direitos humanos, uma luta que nós conhecemos, que é constante e mais do que legítima”, ressaltou.

A mãe da ex-vereadora lembrou que o processo criminal de Marielle é acompanhado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e elogiou o trabalho realizado pelas defensorias. “É uma honra conhecer pessoas na Defensoria Pública da Paraíba, construir essa ponte pra gente unificar forças, não tem como deixar de prestigiar ou de estar a frente dessas pautas, que é defender o ser humano, a mulher. A Defensoria é o órgão que dá suporte a quem mais precisa, é um trabalho bonito, com responsabilidade, coerência e, principalmente, com compromisso com o outro”, elogiou.

Paraíba

Editorial: Jéssica Costa | Reportagem: Bruna Mendes

João Pessoa, Paraíba - DOMINGO, 5 de setembro de 2021

A UNIÃO 7

Foto: Pexels

Programa vai contar com
Secretaria de Segurança Pública,
Ministério Público, Sistema de Justiça,
defensorias e assistência social

Defensores dos Direitos Humanos terão proteção do Estado

Na Paraíba, pelo menos 10 profissionais precisam dessa assistência para seguir atuando em segurança

Laura Luna
lauraluna@pec.pb.gov.br

O Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas da Paraíba (PPDDH-PB) vai promover assistência e proteção aos defensores e defensoras dos direitos humanos e familiares. "Uma liderança quilombola que, na luta pela demarcação de território, sofre uma ameaça de latifundiários ou proprietários das terras vizinhas, por exemplo. Então, a equipe do PPDDH-PB vai fazer análise de risco do caso e, a partir daí, será responsável por fazer articulação com a rede de proteção podendo atuar junto ao Inara e órgãos relacionados pelo processo de demarcação e desapropriação de terra", explica a técnica de Referência do PPDDH na Paraíba, Natasha Batusich.

Saindo do anonimato

Uma rede essencial para que o protegido continue atuando. "Pode ser a mais diversa possível, mas certamente vai contar com a Secretaria de Segurança Pública, Ministério Público, sistema de Justiça em geral, defensorias, assistência social...". É, segundo a entrevistada, esse é um dos grandes desafios do programa, diferente de outros onde a vítima passa a viver no anonimato. "A prerrogativa do programa é atuar na origem do problema, daquilo que gera a violência para que ela não se repita".

Na Paraíba, o programa será executado pela Casa Pequeno Davi, que firmou termo de cooperação com a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Humano (SEDH). Natasha Batusich acredita que as melhorias importantes para o programa. "Maior capilaridade porque a gente está no território, conhece os conflitos e passa a poder fazer esse acompanhamento de forma mais presencial com os defensores protegidos". Natasha destaca que o Governo da Paraíba, através da SEDH, tem hoje um olhar de proteção aos defensores dos direitos humanos. "Temos o Provita, PPCAAM, Comitê de Erradicação do Trabalho Escravo, atua contra o tráfico e desaparecimento de pessoas e com acesso à documentação básica que é também um direito humano, entre outros".

Comissão atuará nas denúncias sobre ameaças

Entendendo que grande parte dos defensores atua nos conflitos fundiários, o Governo do Estado, através da SEDH, implantou a Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV). "É uma importante ação de complementaridade. O objetivo é atuar junto a esses conflitos, considerando que os conflitos fundiários mexem com uma estrutura econômica muito forte na Paraíba e em todo o país", coloca Natasha.

A comissão, composta por 15 membros de órgãos e instituições estaduais, federal e sociedade civil, atua recebendo denúncias sobre quaisquer ameaças, atentados e atos de violência extrajudicial em conflitos agrários; de-

senvolvendo estudos, projetos e ações coordenadas com vistas a prevenir, combater e erradicar a violência no campo e na cidade.

Provita

Na Paraíba, 41 pessoas são assistidas e protegidas pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, que atua desde o ano passado. O Provita consiste em proporcionar proteção e assistência a pessoas ameaçadas ou coagidas em virtude de colaborarem com investigação ou processo criminal. Para participar do programa, a vítima deve aceitar e cumprir normas de conduta estabelecidas em termo de compromisso.

No caso do Provita, a descrição é essencial. "A proteção é sigilosa, trabalhamos com uma coisa chamada mapa de risco, onde é avaliado todo território brasileiro para poder colocar o protegido", explica Janaina Gouveia, técnica de referência do programa, responsável pela articulação com entidades a fim de executar o Provita no Estado.

A entrevistada conta que a porta de entrada acontece via Ministério Público, Poder Judiciário, autoridades policiais, órgãos públicos ou ainda entidades que trabalham na defesa dos direitos humanos, podendo a pessoa ser protegida por dois anos com possibilidade de prorrogação.

Programa atende crianças e adolescentes sob ameaça

O PPCAAM tem por objetivo preservar a vida das crianças e dos adolescentes ameaçados de morte, com ênfase na proteção integral e na convivência familiar. Atualmente são 58 crianças e adolescentes protegidos, sendo 57% desse total vítimas de ameaças por envolvimento com o tráfico de drogas. Nesses casos, as vítimas assinam um termo de sigilo, podendo ser transferidos para outra cidade ou até mesmo outro Estado, inclusive podendo ser acompanhados da família.

Objetivo

Proteger crianças e adolescentes ameaçados de morte, com ênfase na proteção integral e na convivência familiar

A identificação da ameaça e a inclusão no programa são realizadas por meio do Poder Judiciário, Conselhos Tutelares, Ministério Público e Defensoria Pública sendo estas instituições também responsáveis pela aplicação da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Os dados apontam a relevância do programa que de 2015 a 2019 conseguiu proteger 359 crianças e adolescentes com prevalência de meninos entre 15 e 17 anos, negros e com baixa escolaridade.

Duas décadas de luta por terra e moradia digna

Você acredita que toda pessoa tem direito à vida? Que ninguém deve ser escravizado e que o direito ao trabalho e ao repouso deve ser respeitado? Que saúde e bem-estar é direito de todos? Então, você é um defensor dos Direitos Humanos, conjunto de direitos criados pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, que reconhecem que, apesar de todas as diferenças, existem aspectos básicos da vida humana que devem ser respeitados e garantidos.

No Brasil, a defesa pelos direitos básicos e essenciais para uma vida humana com dignidade pode representar perigo. Na Paraíba, pelo menos 10 defensores dos direitos humanos precisam de proteção para que sigam atuando. João (nome fictício) é um

deles. Morador do Agreste paraibano, o homem que é impedido de voltar ao município onde viveu por 30 anos, sabe que a luta por terra e moradia digna pode custar a vida. "Perdi dois irmãos, um assassinado, em 2009, e outro, em 2019, e sou ameaçado de morte. No município de origem, eu só posso ir escoltado". Defensores dos direitos indígenas e quilombolas também estão entre os protegidos.

Tudo porque ele luta, há 20 anos, pelo direito de cerca de mil famílias retornarem para seus municípios de origem. Há duas décadas, essas pessoas tiveram que deixar suas casas para que fosse construída a barragem Argemiro de Figueiredo, mais conhecida como barragem de Acáu. "Fomos retirados dessas

áreas nos municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba para dar lugar a barragem. Fomos relocados para uma área que não tinha água e com casas de péssima qualidade, uma espécie de favela rural". Foi, a partir daí, que a luta por terra e moradia digna começou e, claro, passou a incomodar. O ápice se deu após sete anos de tentativa de diálogo. "Em 2009, nós ocupamos uma terra improdutiva onde passamos dois meses", foi quando aconteceu a morte do primeiro irmão de João, assassinado a tiros e cujo crime até hoje não foi desvendado. "Não sabemos quem foram os mandantes nem os executores". Dez anos depois, João perdeu mais um irmão que também lutava por dignidade e melhor qualidade de vida do assentamento.

Justiça dá 30 dias para PMCG chamar aprovados

A novela envolvendo a nomeação de candidatos aprovados e classificados no cadastro de reserva do Concurso Público promovido pela Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) através do Edital 001/2014 chegou ao fim. O Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) determinou o cumprimento da sentença da Ação Civil Pública (ACP) ingressada pela Defensoria Pública do Estado (DPE-PB) em 2016, em que pedia a demissão dos servidores municipais contratados precariamente para os cargos para os quais havia pessoas aprova-

das no certame e consequente nomeação dos candidatos classificados no quadro de espera do concurso.

Na ACP, o defensor público Alípio Bezerra alegou que durante a vigência do concurso, homologado em 8 de maio de 2015, a Prefeitura de Campina Grande realizou contratações precárias para as mesmas funções ofertadas pelo certame, chegando a aproximadamente mil prestadores de serviço contratados atuando junto à Secretaria de Educação do município, em preterição aos

172 candidatos aprovados e classificados em lista de espera para os cargos de professor de educação básica 2, professor de educação Infantil 2 e supervisor escolar.

Na sentença proferida em outubro de 2020, a juíza Ana Carmem Pereira acatou o pedido da DPE-PB e destacou que "não é crível que o ente público se utilize de servidores temporários para atender demanda de caráter permanente. É caso de preterição arbitrária e injustificável da Administração Municipal de Campina Grande, entendendo não ser justificável que a

Administração Pública mobilize a máquina pública para a realização de um concurso – notadamente muito oneroso para os cofres públicos – e simplesmente ignore seu resultado, valendo-se de contratações de professores a título precário".

APMCG recorreu da decisão, alegando que nomeou as 249 vagas anunciadas no edital. No último dia 2 de junho, o desembargador João Alves da Silva, relator do processo no TJPB, negou provimento à apelação. Na decisão, ele afirmou que "há a demonstração de um grande contingente de

servidores temporários contratados precariamente no referido período, em inegável afronta ao direito dos servidores concursados". Para ilustrar, o desembargador destacou o documento contido no ID 9551379 (processo no primeiro grau), que aponta a contratação de 226 professores para o ensino infantil e de 261 professores para os anos iniciais, "o que reforça a tese de preterição deduzida na inicial e apontada na sentença".

Descumprimento

Como a ação transitou em julgado, a PMJP não pode

mais recorrer e está obrigada a nomear os aprovados. Em caso de descumprimento da decisão, a juíza Silmary Alves de Queiroga Vita estabeleceu multa diária no valor de R\$ 10 mil reais.

Com o objetivo de acelerar a nomeação dos assistidos, o defensor público se reuniu com o procurador do município Aécio de Souza Melo Filho na última terça-feira (31) na Câmara Municipal de Campina Grande. O encontro foi articulado pelo deputado Manoel Ludgério e pela vereadora Ivonete Ludgério.

Na Justiça Federal

Foto: Reprodução



Criação de comissão pela JFPB segue determinação de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça

Comissão vai enfrentar assédios moral e sexual

A Justiça Federal na Paraíba (JFPB) publicou portaria instituindo sua Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Assédio Sexual, em conformidade com o que determina uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O juiz federal Rogério Roberto Abreu, da 7ª Vara Federal, assumirá a coordenação do grupo que será responsável por monitorar, avaliar e fiscalizar a adoção de políticas preventivas e repressivas relacionadas à temática.

A Comissão é integrada pela magistrada Adriana Nóbrega, da 3ª

Vara Federal; por Emma-noel Rocha Carvalho Filho, servidor indicado pela direção do Foro; Alexandre Aragão Pascoal e Hildaires Araújo Ribeiro, representantes dos servidores lotados na capital e interior; respectivamente, selecionados por edital; Gildázio Azevedo de Carvalho, servidor indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal da Paraíba (SindJuf-PB); Ilza Félix da Silva, trabalhadora terceirizada; e Jessé Roberto de Oliveira Corrêa, estagiário.

A comissão realizará diagnóstico institucional das práticas de assédio

moral e sexual; solicitará relatórios, estudos e pareceres aos órgãos e unidades competentes, resguardados o sigilo e o compromisso ético-profissional das áreas técnicas envolvidas; além de sugerir medidas de prevenção, orientação e enfrentamento do assédio moral e sexual no trabalho.

Os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil na Paraíba (OAB-PB) poderão participar da comissão, na condição de convidados, sendo sua participação definida a critério de cada entidade.

Defensoria Pública do Estado e UEPB vão ampliar parcerias

As parcerias envolvendo a Defensoria Pública do Estado (DPE-PB) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) serão ampliadas a partir de um novo acordo com o Núcleo de Prática Jurídica da instituição de ensino. O coordenador do Núcleo Regional de Atendimento da DPE-PB em Campina Grande, o defensor público Lucas Soares, esteve reunido com a coordenadora do curso de Direito da UEPB, a professora doutora Lucira Freire, para discutir a ampliação do acesso à Justiça da população vulnerável da região.

Além de tratarem de projetos de atuação con-

junta na tutela coletiva de direitos, na execução penal e também do convênio já existente do programa de estágio da DPE-PB, o defensor e a coordenadora esta-

Representantes das duas instituições se reuniram para discutir a ampliação do acesso à Justiça da população vulnerável da região

beleceram um fluxo de encaminhamento ao Núcleo de Prática Jurídica da UEPB de

cidadãos que não podem ser atendidos pela Defensoria Pública em razão de inexistência de atribuição legal de atuação, como ajuizamento de ações na Justiça Federal, Eleitoral ou Trabalhista.

“É o reinício de projetos já antigos, iniciados pelo defensor público Marcel Jofilly, que voltarão a ser implementados pelas duas instituições. Toda a comunidade local ganha com essa positiva articulação entre as instituições na prestação do serviço público”, comemorou Lucas Soares. O encontro aconteceu no dia 1º de setembro, na sede da DPE-PB em Campina Grande.

CPI da Banda Larga

Foto: Olenildo Nascimento



Durante a instalação da CPI, especialista explicou tecnicamente o bom funcionamento do serviço de internet

Objetivo é proteger e evitar danos aos consumidores

O relator da CPI da Banda larga da Câmara Municipal de João Pessoa, vereador Odon Bezerra (Cidadania), disse ontem que seu interesse e o interesse da comissão é "fazer com que o consumidor pare de ser lesado. Ele não pode comprar algo, pagar um valor total e receber o serviço e o produto pela metade. Isso não é justo e não pode acontecer".

A afirmação do relator foi feita logo depois da reunião de instalação da CPI que, por convite da presidente vereadora Eliza Virgínia (PP), contou com a presença do advogado Ricardo Morishita, professor doutor e ex-diretor do Departamento Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor, que, de forma remota, fez uma explanação sobre os problemas alvo da CPI.

Odon Bezerra fez questão de deixar bem claro, no entanto, que o objetivo dos trabalhos da CPI é melhorar a prestação de serviço aos consumidores, mas sem perseguição a qualquer empresa. No andamento das reuniões da CPI da Banda Larga, os vereadores devem exigir que as empresas provedoras do serviço de internet banda larga apresentem relatórios.

E explicações nesse sentido que deu foi a própria presidente da CPI, a vereadora Eliza Virgínia (PP). Ela disse que, hoje, a pessoa paga sua conta de telefone e sabe para quem ligou, quanto gastou, quanto consumiu. "Esse relatório também tem que vir pro consumidor de internet", alertou a vereadora, ao lembrar que isso não é colocado

para o consumidor e que às vezes ele usa bem menos da metade do que ele contratou. "Fica a cargo do consumidor, tentar entrar com as devidas reclamações para que ele seja ressarcido", completou Eliza.

"Fomos eleitos pelo povo para lutar por ele nas suas questões principais e mais necessárias. Hoje em dia, a internet não é mais só lazer, é também trabalho e estudo. É importante que o que seja prometido pela empresa provedora seja entregue ao consumidor", avaliou o vice-presidente da CPI, vereador Bispo José Luiz (PRTB). Além de Eliza, Odon e do Bispo, ainda participaram os vereadores membros da comissão, Coronel Sobreira (MDB), Bosquinho (PV) e Júnio Leandro (PDT).

Professor explica acessos no Brasil

Durante sua explanação na reunião da CPI, o professor e advogado Ricardo Morishita explicou em detalhes como funciona, quando pode ser considerada boa e quando pode ser considerada ruim a prestação de serviços das empresas provedoras de internet em todo o país.

"A velocidade média de acesso no Brasil é de 88 Mbps. No Nordeste, entre Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte, o menor acesso está na Paraíba, com 86,75. Esses são dados públicos que retirei do próprio site da Anatel", detalhou ele.

O advogado falou ainda sobre os dados das reclamações dos consumidores no Brasil e na Paraíba. Em 2021, em setembro, foram mais de 21 mil reclamações de consumidores em todo o Brasil sobre internet. Isso repre-

senta 1,69% de todas as reclamações que um consumidor pode fazer. Em relação à Paraíba, a gente teve, de todas as demandas do Procon Estadual da Paraíba e os Procon Municipais, 533 reclamações. Se a gente olhar, de todas as reclamações existentes,

Em 2021, em setembro, foram mais de 21 mil reclamações de consumidores

1,85% está relacionado à internet. A diferença é um pouco mais alto do que a média nacional dos registros", concluiu.

"Ele trouxe o retrato do Brasil, do Nordeste e de João Pessoa, e bateu exatamente com o que a gente sabe que acontece nos

Procons daqui. Foi muito interessante ver o que essas empresas representam para o faturamento do município, em questão de tributos, e o que elas proporcionam pra nossa sociedade", avaliou a presidente da CPI, Eliza Virgínia.

Ela acrescentou que, na próxima semana, a comissão deve receber representantes do Procon Municipal e Procon Estadual. Ainda foram convidados representantes da Defensoria Pública e do Ministério Público, além da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

"A Anatel vai ter um espaço maior, justamente por ter muitas informações. Estamos também em contato da UFPB e IFPB, que têm soluções práticas para que esses problemas da internet banda larga possam ser superados", concluiu ela.

Diversidade

Edição: Marcos Pereira

Edição: Rômulo Maradoni

João Pessoa, Paraíba - QUINTA-FEIRA, 16 de setembro de 2021 | A UNIÃO 19

Defensoria Itinerante vai atender no Vale do Piancó

Atendimento ocorrerá nos próximos dias 20, 21 e 22 nos municípios de Diamante, Curral Velho e Boa Ventura

Os moradores de Diamante, Curral Velho e Boa Ventura terão a oportunidade de ser atendidos pela Defensoria Pública sem precisar se deslocar até a comarca mais próxima nos próximos dias 20, 21 e 22, respectivamente. O projeto Defensoria Itinerante estará nas cidades, sempre das 8h30 às 17h, para atender as pessoas que precisam da Justiça, mas não podem pagar um advogado.

Em Diamante, a unidade móvel da DPE estará na Rua Engenheiro Ernesto de Sousa Diniz, Centro, ao lado da Secretaria de Ação Social. Já em Curral Velho, o endereço da DPE no próximo dia 22 será Rua Coronel Zuza Lacerda, em frente à Secretaria Municipal de Saúde. Boa Ventura é a terceira cidade contemplada e os atendimentos se darão na Rua Pedro Caboclo de Alvarenga, Conjunto Arsênio Alves, em frente à rádio Portão do Vale.

As demandas na área de Família costumam ser as mais procuradas nas ações itinerantes, mas a Defensoria atua em todas as áreas ligadas à



O projeto Defensoria Itinerante atenderá as pessoas que precisam da Justiça, mas não podem pagar um advogado

Justiça estadual (Cível, Criminal e Fazenda Pública). Já os assuntos relacionados à Previdência/INSS ou Justiça Trabalhista não são de competência da DPE-PB, mas da Defensoria Pública da União (DPU).

Estão entre as demandas divórcio; dissolução de união estável; adoção; reco-

nhecimento de paternidade; pensão alimentícia; questões relacionadas à propriedade, tais como usucapião e reintegração de posse; assuntos relacionados à sucessão e herança, bem como, cobranças, contestações, mandados de segurança; demandas de saúde que estão pen-

dentes de autorização.

Documentos

Para ser atendido, o interessado deve levar documentos pessoais (RG, CPF e comprovante de residência), além dos documentos que tenham ligação com o assunto para o qual deseja atendimento.

Crônica

Abelardo Jurema Filho
abelardojurema@hotmail.com | Colaborador

De pai para filho

- “Um filho não é qualquer um mortal. É um filho com afinidade de espírito, de ambiência mais do que fraterna e filial, amiga e correligionária, um filho companheiro e igual, no fastígio e na adversidade; um filho participante nas horas de preocupações e lazer, este é, realmente, uma figura que o pai procura envolver com a glória da vida, com os repiques festivos das hosanas intermináveis, com um devaneio tanto mais longo quando seja o seu afeto, o seu amor e a sua admiração”.

Esse texto, com que meu pai me contemplou em artigo no jornal O Norte quando tomei posse como vereador em João Pessoa – sim, assumi mandato na Câmara Municipal, na condição de suplente, em 1983 – eu o guardo num relicário que contém todo o amor paterno que nos faz repetir aquele velho bordão: “quem beija os meus filhos, a minha boca adoça”.

Eu – e a Maria Lúcia – temos três filhos, todos homens, íntegros, cada qual com a sua personalidade e temperamento. O mais velho, João Luiz, 43 anos, pai de dois filhos, é formado em Direito e Administração, trabalha comigo há mais de 20 anos, e é braço direito em minhas atividades, controlando gastos e administrando os recursos. É o diretor administrativo e financeiro da pequena empresa com a qual completo o meu orçamento familiar, que inclui a minha aposentadoria como Defensor Público, e que garante um padrão de vida digno, para mim e minha família.

O caçula, João Paulo, a quem dei o nome do Papa mais influente e carismático na história da Igreja católica, também é um homem de fé, dedicado à religião evangélica, que prega os ensinamentos da Bíblia no Ministério Raízes, onde

abraça as causas das pessoas carentes, na assistência aos excluídos e necessitadas da palavra de Deus. Também é envolvido com comunicação e publicidade através do marketing digital, que pratica com muita habilidade.

E o “do meio”, Abelardo Bezerra Jurema, que todos conhecem como o Buggy, que, embora formado em Direito, nunca se interessou pela advocacia; que enveredou pelo empreendedorismo e de lá saiu sem se encontrar, até descobrir a sua real vocação como comunicador, apresentando e produzindo o programa Baú Digital, na rádio 100.5 Lider FM, do jornalista e empresário Dércio Alcantara, radialista experiente, que enxergou o seu carisma e talento e lhe deu a oportunidade de mostrar o seu trabalho.

Nos próximos dias, ele vai estrear na TV Master. É outro Abelardo que sai do rádio para a televisão, cumprindo o mesmo roteiro do seu avô e de quando iniciei na rádio Tabajara, em meados dos anos 70, a convite do seu então presidente Marcos Souto Maior, para apresentar um programa dominical de variedades

com o nome Status Social, de onde migrei para o jornal e a televisão, numa trajetória que todos conhecem e que me trouxe até aqui, às vésperas de completar 50 anos de profissão.

Que ele percorra esses mesmos caminhos. Com perseverança, humildade e dedicação, palmilhe cada passo desse chão, sabendo cair e se levantar; a comemorar os êxitos, superar as dificuldades e enfrentar as angústias, cumprindo o mesmo desiderato do seu pai e do seu avô, com o compromisso inarredável de servir aos paraibanos e jamais desistir dos seus sonhos.

Que Deus o proteja na escalada, meu filho.

// Eu – e a Maria

Lúcia – temos três
filhos, todos homens,
íntegros, cada qual com
a sua personalidade e
temperamento //

CPI da Banda Larga tentará convocar empresas segunda

Comissão enfrenta dificuldades para cumprir calendário e, dos sete integrantes, só quatro têm participado das reuniões

Ademilson José
ademilson2017@outlook.com

Cercada de rumores de que o vereador Odon Bezerra (Cidadania) estaria para deixar a relatoria e caminhando para confirmar a profecia do deputado João Gonçalves (Podemos) de que "vai dar em nada", a CPI da Banda Larga da Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP) confirmou, ontem, a sua segunda reunião para segunda-feira e, entre as matérias em pauta, convocações da Defensoria Pública e das empresas Claro, Tim, Oi, Sky, Vivo e até mesmo a Energisa.

E volta a tentar se reunir também sem suplentes porque, depois de ter um requerimento impossibilitado de ser votado por falta de quórum, o vice-presidente da comissão, vereador Bispo Luiz (PRTB) encaminhou sua solicitação diretamente ao presidente da Casa Dinho Dowsley (Avante), mas, até ontem, ainda não havia confirmado resposta. Dos sete integrantes, só quatro têm participado das reuniões da CPI.

"Precisamos de suplentes que possam substituir eventualmente alguns titulares e, com isso, evitarmos de prejudicar alguma votação", justificou o vice-presidente da Comissão, cujo pedido também tem ficado no ar porque, no trecho que trata de CPI, o Regimento Interno da Câmara não faz qualquer alusão a suplentes, limitando-se a frisar a necessidade de titulares, um máximo de sete e um mínimo de cinco.

As preocupações do Bispo são procedentes porque, além dos rumores de que

Odon Bezerra pensa em deixar a relatoria, os demais titulares - Jânio Leandro (PDT), Carlião Pelo Bem (Patriotas) e Bosquinho (PV) - não deram as caras" na reunião de segunda-feira passada e podem repetir o gesto nas próximas. A exemplo de Odon e Eliza, eles três têm evitado atender telefone para falar sobre o tema.

Com a experiência de ex-presidente da CPI da Telefonia, o ex-vereador de João Pessoa e deputado estadual, João Gonçalves (Podemos), previu no começo deste mês que a CPI da Banda Larga não vai dar em nada e que, para questionar os problemas levantados, os atuais vereadores deveriam instalar apenas Comissão Especial.

"Como CPI, eu acho que ficou imprópria, por que ficou muito restrita. Teria que ser uma comissão especial e aí sim, pudesse envolver Ministério Público, órgão do consumidor", justificou por dois mandatos antes de se mudar para a Assembleia Legislativa onde é primeiro secretário da Mesa.

Pauta e Rumores

As especulações sobre o relator Odon Bezerra passaram pelo fato de ele andar se queixando de já está atarefado demais com a Comissão de Constituição e Justiça que preside, e com o fato de, assim como outros vereadores, vislumbrar a possibilidade de, pior que pizza, a CPI acabar e dando em nada mesmo. Com Odon, Eliza e o Bispo Luiz, o outro único titular que tem aparecido é o Coronel Sobreira (MDB).

A CPI já recebeu o Pro-

Como CPI, eu acho que ficou imprópria, por que ficou muito restrita. Teria que ser uma comissão especial e aí sim, pudesse envolver Ministério Público, órgão do consumidor

con estadual, deve receber o municipal e alega nas convocações da próxima segunda que essas empresas, inclusive a Energisa, são importantes para se ter primeiro noções gerais que possibilitem as investigações dos serviços de Internet, mas a crítica dos vereadores mais céticos é que a comissão não vai ter como provar concretamente que uma empresa de Banda Larga esteja mesmo fraudando contratos e serviços.

Na convocação da Energisa, por exemplo, a vereadora-presidente, Eliza Virgínia, justifica a necessidade de explicações sobre os problemas que eventualmente vêm sendo causados pelas verdadeiras gambiarras que as empresas de Internet têm promovido nos postes de iluminação pública em muitas ruas da cidade.

A pergunta, com um certo toque de ironia, partiu do mesmo vereador que evitou se identificar: "Certo, mas o que é que isso em a ver com fraudes nos contratos e serviços? Mas vamos ver o que a Energisa vai dizer. Quer dizer: vamos ver primeiro se a CPI vai ter quórum para aprovar a convocação da empresa."



Foto: Divulgação

Câmara Municipal de João Pessoa		
Município de João Pessoa - Paraíba		
Pauta da 3ª REUNIÃO DE CPI da 1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2023) Legislativa		
Identificação Básica		
Tipo de Sessão: REUNIÃO DE CPI		
Abertura: 27/09/2021 - 10:00		
Encerramento: ...		
Expedientes		
Matérias do Expediente		
Matéria	Relator	Relatório
1. Proposta de Lei nº 123/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
2. Proposta de Lei nº 124/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
3. Proposta de Lei nº 125/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
4. Proposta de Lei nº 126/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
5. Proposta de Lei nº 127/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
6. Proposta de Lei nº 128/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
7. Proposta de Lei nº 129/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
8. Proposta de Lei nº 130/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
9. Proposta de Lei nº 131/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
10. Proposta de Lei nº 132/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
11. Proposta de Lei nº 133/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
12. Proposta de Lei nº 134/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
13. Proposta de Lei nº 135/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
14. Proposta de Lei nº 136/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
15. Proposta de Lei nº 137/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
16. Proposta de Lei nº 138/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
17. Proposta de Lei nº 139/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
18. Proposta de Lei nº 140/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
19. Proposta de Lei nº 141/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
20. Proposta de Lei nº 142/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
21. Proposta de Lei nº 143/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
22. Proposta de Lei nº 144/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
23. Proposta de Lei nº 145/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
24. Proposta de Lei nº 146/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
25. Proposta de Lei nº 147/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
26. Proposta de Lei nº 148/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
27. Proposta de Lei nº 149/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
28. Proposta de Lei nº 150/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
29. Proposta de Lei nº 151/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
30. Proposta de Lei nº 152/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
31. Proposta de Lei nº 153/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
32. Proposta de Lei nº 154/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
33. Proposta de Lei nº 155/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
34. Proposta de Lei nº 156/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
35. Proposta de Lei nº 157/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
36. Proposta de Lei nº 158/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
37. Proposta de Lei nº 159/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
38. Proposta de Lei nº 160/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
39. Proposta de Lei nº 161/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
40. Proposta de Lei nº 162/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
41. Proposta de Lei nº 163/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
42. Proposta de Lei nº 164/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
43. Proposta de Lei nº 165/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
44. Proposta de Lei nº 166/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
45. Proposta de Lei nº 167/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
46. Proposta de Lei nº 168/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
47. Proposta de Lei nº 169/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
48. Proposta de Lei nº 170/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
49. Proposta de Lei nº 171/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
50. Proposta de Lei nº 172/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
51. Proposta de Lei nº 173/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
52. Proposta de Lei nº 174/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
53. Proposta de Lei nº 175/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
54. Proposta de Lei nº 176/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
55. Proposta de Lei nº 177/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
56. Proposta de Lei nº 178/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
57. Proposta de Lei nº 179/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
58. Proposta de Lei nº 180/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
59. Proposta de Lei nº 181/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
60. Proposta de Lei nº 182/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
61. Proposta de Lei nº 183/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
62. Proposta de Lei nº 184/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
63. Proposta de Lei nº 185/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
64. Proposta de Lei nº 186/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
65. Proposta de Lei nº 187/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
66. Proposta de Lei nº 188/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
67. Proposta de Lei nº 189/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
68. Proposta de Lei nº 190/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
69. Proposta de Lei nº 191/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
70. Proposta de Lei nº 192/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
71. Proposta de Lei nº 193/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
72. Proposta de Lei nº 194/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
73. Proposta de Lei nº 195/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
74. Proposta de Lei nº 196/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
75. Proposta de Lei nº 197/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
76. Proposta de Lei nº 198/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
77. Proposta de Lei nº 199/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
78. Proposta de Lei nº 200/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
79. Proposta de Lei nº 201/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
80. Proposta de Lei nº 202/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
81. Proposta de Lei nº 203/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
82. Proposta de Lei nº 204/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
83. Proposta de Lei nº 205/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
84. Proposta de Lei nº 206/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
85. Proposta de Lei nº 207/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
86. Proposta de Lei nº 208/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
87. Proposta de Lei nº 209/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
88. Proposta de Lei nº 210/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
89. Proposta de Lei nº 211/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
90. Proposta de Lei nº 212/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
91. Proposta de Lei nº 213/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
92. Proposta de Lei nº 214/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
93. Proposta de Lei nº 215/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
94. Proposta de Lei nº 216/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
95. Proposta de Lei nº 217/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
96. Proposta de Lei nº 218/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
97. Proposta de Lei nº 219/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
98. Proposta de Lei nº 220/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
99. Proposta de Lei nº 221/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento
100. Proposta de Lei nº 222/2021 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Municipal	Carlião Pelo Bem (Patriotas)	Relatório em andamento

Relatório mostra expediente para a terceira sessão da CPI da Banda Larga, que está convocada para segunda-feira. A CPI, que ainda não "decolou", tem como relator, o vereador Odon Bezerra (Cidadania), que teria se queixado de excesso de trabalho, já que preside a Comissão de Constituição e Justiça, uma das mais importantes da casa, responsável por recomendar a aprovação ou reprovação de matérias de acordo com o respeito às regras estabelecidas pela Constituição e pela legislação em vigor.

Feminicídio: comissão ouve familiares de vítimas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Feminicídio realizou, ontem, oitavas com familiares de mulheres vítimas de feminicídio na Paraíba. Presidida pela deputada Cida Ramos, a reunião contou também com a participação do deputado Doutor Érico e das das professoras da Universidade Federal da Paraíba, Elisângela Inácio e Anita Leocádia, ambas pesquisadoras da questão de gênero.

A presidente Cida Ramos explicou que as oitavas realizadas ontem são as últimas propostas pela CPI. A próxima etapa, segundo a deputada, será a elaboração do relatório final com o intuito de apresentar ao Ministério Público da Paraíba (MPPB), sugestões, encaminhamentos e informações que possam contribuir no desenvolvimento de políticas públicas para que outras mulheres não venham a serem vítimas de feminicídio. "Essa CPI tem um aspecto investigativo, mas seu objetivo é a prevenção para que outras mulheres não sejam vítimas dessa barbárie social. A CPI integra uma rede com o Ministério Público, o

Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública, a OAB-PB, com entidades de mulheres para que possamos indicar um relatório no sentido de propor ações que possam evitar que outras mulheres sejam mortas", afirmou a deputada Cida Ramos. De acordo com a deputada, a CPI buscará, com o seu relatório, traçar políticas públicas que possam desvelar o que ocorreu por trás dos crimes de feminicídios registrados no Estado contribuindo com os três Poderes na proteção das vidas das mulheres. "É uma barbárie social que precisa ser impedida de acontecer. Só teremos uma sociedade civilizada quando a gente pôr fim a isso", disse Cida Ramos.

Membro da Comissão, o deputado Doutor Érico ressaltou que o Poder Legislativo, através da CPI, busca, através dos depoimentos, propor medidas que venham a evitar qualquer tipo de agressão contra a mulher. "O feminicídio está enraizado na nossa sociedade. Então, é um dever nosso, como parlamentar, e dessa CPI, prevenir, com conscientização e informação, para que as famílias parem de chorar pela morte



Foto: ALPB

Na sessão da CPI, ontem, familiares fizeram relatos dramáticos de situações enfrentadas pelas vítimas de feminicídios

precoce das suas filhas", declarou Dr. Érico.

O professor Josué Ferreira Mendonça de Neto foi o primeiro convidado a ser ouvido pelos membros da Comissão ontem. Josué teve a irmã, Priscila Vanessa Lins de Mendonça, 35 anos, assassinada a tiros pelo companheiro, em 2016, em João Pessoa. Josué relatou que Priscila estava casada com o acusado há 11 anos e, segundo ele, a família nunca tomou conhecimento de histórico de

agressões na vida do casal. O irmão da vítima descreveu a irmã e seu ex-cunhado como pessoa reservadas, desta forma, sua irmã nunca declarou ter sido agredida pelo esposo. "Ela nunca relatou nada para a família. A nossa suspeita é que ela descobriu algo errado que ele poderia estar fazendo no trabalho", argumentou Josué. Em seu depoimento, Josué lembrou que foi o primeiro a receber a notícia do falecimento da irmã. Ele foi informado pelo

irmão do acusado de que a vítima teria cometido suicídio, versão que foi descartada pela polícia no momento em que Josué sepultava a irmã. O suspeito foi preso ainda no cemitério. No entanto, o acusado cumpriu apenas 1 ano e 4 meses de prisão, e atualmente, aguarda o julgamento em liberdade. Para o professor, é imprescindível a elaboração de penas mais rígidas, celeridade na realização dos julgamentos e medidas que possam proteger

As oitavas realizadas ontem são as últimas propostas pela CPI, segundo a presidente da Comissão, Cida Ramos

a vida de outras mulheres. "Esperamos pela Justiça para que esse crime não fique impune", cobrou o professor. Já a interrogada Maria da Guia Silva Sena detalhou o trauma provocado pela morte violenta da sua sobrinha, Michelle Alves Veloso, de 19 anos, assassinada pelo ex-namorado.

"No dia do crime, ele chamou muito por ela, e ela não saiu de casa. Até que decidiu ir até o portão, supondo que ele buscava conversar sobre a gravidez. Mas, ele não conversou nada. Matou Michelle", descreveu Maria. O ex-namorado da vítima atualmente está preso e aguarda julgamento. Como forma de prevenção ao crime de feminicídio, Maria da Guia acredita que o tema precisa estar presente em debates nas escolas, com os jovens.

Lei na PB proíbe despejo durante a pandemia desde abril de 2020

Legislação estadual também não autoriza o corte do fornecimento de serviços pelas empresas com concessão de serviços públicos

Lucilene Meireles
lucilene@epc.pb.gov.br

O veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao projeto que suspende despejos durante a pandemia do novo coronavírus foi derrubado, antontem, pelos deputados federais. Com a rejeição, a proposta aprovada pelo Congresso em julho será promulgada e entrará em vigor. Na Paraíba, já há uma lei estadual em vigor desde abril do ano passado que proíbe os despejos enquanto durar a situação de calamidade pública.

"A lei estadual que proíbe despejos é a 11.676. Na verdade, proíbe o corte do fornecimento de serviços pelas empresas com concessão de serviços públicos – água, energia elétrica, mesmo com contas em atraso – cuja renda familiar não passe dos cinco salários mínimos, além da proibição do despejo enquanto durar o estado de calamidade pública", declarou o advogado Sidharta Neves, especialista em direito imobiliário e membro da Comissão de Direito Imobiliário da Ordem dos Advogados do Brasil na Paraíba (OAB-PB).

A advogada Fernanda Carvalho, especialista em Direito Civil, explicou que, com a decisão dos parlamentares, fica proibido o despejo, a desocupação de imóveis até o fim de 2021 em virtude da pandemia da covid-19. "O principal efeito é que o projeto suspende, nesse prazo, os despejos determinados por ações em virtude do não pagamento de aluguel de imóveis comerciais de até R\$ 1.200,00, e residenciais, de até R\$ 600,00", destacou.

Além disso, o texto suspende os atos praticados desde 20 de março de 2020, com exceção das ações de despejo que já foram concluídas. Existe também a dispensa do locatário do pagamento de multa. É a questão da multa rescisória, quando incide num contrato em caso de encerramento de locação de imóvel. Se for comprovado que não tem como arcar com o pagamento, será dispensada a multa rescisória.

"É importante destacar que esse projeto de lei não vale para os imóveis rurais e a dispensa não vale quando o imóvel seja de única propriedade do locador e o dinheiro do aluguel consistir em sua

única fonte de renda", frisou. No caso das ocupações, ela acrescentou que a suspensão vale para aquelas ocorridas até 31 de março de 2021, e não vai alcançar as ações de desocupação concluídas na data da publicação da lei.

Fernanda Carvalho lembrou ainda que nem mesmo medidas preparatórias por negociações poderão ser realizadas. Somente após o fim do prazo, o Poder Judiciário poderá realizar audiência de mediação entre as partes, com a participação do Ministério Público e da Defensoria Pública nos processos de despejo, remoção forçada ou reintegração de posse.

Na última segunda-feira, os deputados federais derrubaram veto do presidente Jair Bolsonaro a um projeto de lei que também impede despejos durante a pandemia em todo o país

Derrubada do veto na Câmara

Na Câmara dos Deputados, o veto foi derrubado por 435 votos a seis pela manutenção. Da Paraíba, não votaram por estarem ausentes os deputados federais Efraim Filho (DEM), Ruy Carneiro (PSDB) e Wilson Santiago (PTB). Os demais votaram pela derrubada do veto.

Com o retorno gradual das atividades, as pessoas que estavam inadimplentes, tendem a fazer acordos, pagamentos. "Até junho, julho, quando a pandemia ainda estava muito alta, tínhamos uma taxa de inadimplência beirando os 40% em relação ao pagamento do próprio aluguel das atividades que estavam em restrição", conforme explicou o advogado Sidharta Neves.

Segundo ele, houve dificuldades para fazer o pagamento, chegando a uma taxa muito alta, mas agora, com a economia retornando, tem ocorrido muitos acordos extrajudiciais. Especificamente em relação às locações, o setor imobiliário estava aquecido com a retomada, mas a perspectiva é de travar novamente por conta do aumento dos juros, Selic, IOF, vai ter uma redução, porque diminui o crédito.

"Em se tratando da locação em si o que ainda está muito alto é o índice de correção, em que as pessoas estão mi-

grandando o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), que está na base de 30% ao ano, para o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que está na base de 5% a 6%", acrescentou.

Em maio deste ano, 51 famílias em situação de extrema vulnerabilidade que ocupam uma área de domínio da União (Dnit), no município de Sapé, limítrofe com a propriedade privada Várzea Grande, foram ameaçadas de despejo, mas uma intervenção da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) evitou a retirada. A ação garantiu que as famílias permanecessem locais até que a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado (TJPB) julgue o mérito do agravo de instrumento interposto pela Defensoria Pública da Paraíba.

O despejo forçado do grupo, que inclui crianças e idosos que não tinham para onde ir em plena pandemia da covid-19, foi suspenso graças à intervenção das defensoras públicas Aline Sales, Fernanda Peres e Naiara Della Bianca, após o Juízo da 1ª Vara Mista da Comarca sequer apreciar pedido de nulidade de vários atos, a exemplo da falta de citação dos integrantes do grupo e de intimação da DPE-PB, para atuar no feito como custos vulnerabilis.

Defensoria realiza atendimento móvel

O atendimento da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) à população da Zona Sul de João Pessoa ganhará um reforço hoje e amanhã. A unidade móvel da Defensoria Itinerante estará no pátio do Fórum de Mangabeira com a equipe do projeto 'Balcões de Direitos' para atender presencialmente a população que necessita dos serviços da instituição. O atendimento será direcionado aos moradores que residem nos bairros da Zona Sul e são, portanto, jurisdicionado do Fórum de Mangabeira.

Os atendimentos vão acontecer a partir das 8h30. Hoje, se estenderá até as 16h. Amanhã, o atendimento se encerra às 13h. Para ser atendido, o interessado deve levar documentos pessoais (RG, CPF e comprovante de residência), além dos documentos que tenham ligação com o assunto para o qual deseja atendimento. O atendimento é limitado a 80 fichas por dia.

O objetivo da ação é possibilitar o atendimento àqueles que encontram dificuldade para acessar as ferramentas virtuais de atendimento da Defensoria Pública. Com o fechamento dos fóruns, os defensores públicos seguem atendendo os assistidos de forma

remota desde a confirmação do primeiro caso de covid-19 na Paraíba, em março do ano passado.

De acordo com o defensor público-geral da Paraíba, Ricardo Barros, os Núcleos de Atendimento da DPE-PB (sedes próprias, fora dos fóruns) já estão se preparando para o retorno das atividades presenciais.

"Nós já iniciamos o retorno gradual das atividades nos Núcleos. No interior do Estado, como Campina Grande, alguns atendimentos já estão ocorrendo de forma presencial, com agendamento, mas a nossa prioridade ainda é o atendimento virtual. A pandemia infelizmente não terminou e a gente espera que em breve a grande maioria da população esteja vacinada e protegida contra casos graves da doença", disse o defensor-geral.

A Zona Sul da capital paraibana é composta pelos seguintes bairros: Água Fria, Anatolia, Bancários, Barra de Gramame, Cidade dos Colibris, Costa do Sol, Cuiá, Ernesto Geisel, Funcionários II, III e IV, Grotão, Jardim Cidade Universitária, Jardim São Paulo, João Paulo II, José Américo, Mangabeira, Mucumago, Paratibe, Penha, Planalto da Boa Esperança e Valentina.

Foto: Divulgação



Defensoria Itinerante estará no pátio do Fórum de Mangabeira

07

• TV G1 PB

Concurso de CG, coluna de Política/ Laerte Cerqueira

<https://globoplay.globo.com/v/9836448/?s=0s>



30

• TV JPB-2

Defensoria Pública tem atendimento móvel em João Pessoa

<https://globoplay.globo.com/v/9908659/>

